

ANÁLISE DAS VARIAÇÕES DO IDEB E DE SEUS INDICADORES COMPONENTES (FLUXO E DESEMPENHO) ENTRE 2007 E 2019 NO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

Michelle Holtz*

RESUMO

O presente artigo apresenta a análise das variações do IDEB e de seus indicadores entre 2007 e 2019, na etapa de Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, conduzidos a partir do estudo e das análises dos dados referentes a esse indicador, que se baseia nas avaliações do SAEB e no fluxo escolar. O objetivo foi estudar os impactos das ações de cunho pedagógico, formativo e de gestão nos resultados alcançados pelo estado do Espírito Santo, comparando-os com os de outros estados brasileiros. Os dados analisados foram extraídos a partir dos resultados do IDEB e apresentados em gráficos e tabelas. Conclui-se que o Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo tem apresentando crescimento nos índices educacionais a partir do ano de 2015 como resultado da implementação de políticas públicas que visam a uma educação pública de qualidade e com equidade. Apesar dos esforços empreendidos, para que os indicadores continuem em ascensão, faz-se necessária uma ação de corresponsabilização.

Palavras-chave: IDEB. Rede estadual do Espírito Santo. Ensino Médio.

1 INTRODUÇÃO

Implementar reformas educacionais no Brasil demanda implementar mecanismos de monitoramento e de acompanhamento das ações e políticas em curso (CASTRO, 2000, p. 1). Avaliações em larga escala são instrumentos amplamente utilizados, com essa finalidade, na Educação. Para isso, o governo federal vem adotando a política educacional de avaliação há duas décadas, visando ter informações que sirvam como base para as políticas educacionais desenvolvidas pelas redes escolares (BLASIS, 2013, p. 262). Dessa maneira, de acordo com Maria Helena Guimarães de Castro (2000), esse tipo de instrumento permite verificar a evolução das reformas e, acima de tudo, uma análise das boas práticas e a necessidade de correção de rotas, para que essa reforma seja realmente eficaz. O objetivo desse artigo, por sua vez, é analisar os dados dos componentes do IDEB da rede pública estadual do Espírito Santo (ES), considerando as ações empreendidas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) no período de 2007 a 2019.

O objetivo desse artigo é analisar os dados dos componentes do IDEB da rede pública estadual do Espírito Santo (ES) na etapa de ensino Médio. A escolha dos dados para análise foi feita a partir dos indicativos do IDEB disponíveis tanto no sítio do Inep, quanto na Secretaria de Estado da Educação, em sua Gerência de Informação e Avaliação Educacional. Para esse estudo, a rede analisada é a estadual de ensino, cuja etapa é a 3ª série do Ensino Médio, avaliada pelo SAEB. O recorte temporal escolhido foi o período compreendido entre 2007 e 2019, e a base de dados (variáveis/indicadores) selecionada para análise são as metas

* Licenciada em Matemática pelo UNASP, especialista em Coordenação Pedagógica pela UFES. Atuou como professora de Ensino Fundamental e Médio na rede privada e na rede pública do estado do Espírito Santo e como diretora da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Maria Ortiz, em Vitória - ES. Atualmente, é técnica pedagógica na Gerência de Informação e Avaliação Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.

estipuladas pelo IDEB e as notas alcançadas pela rede estadual de ensino no período estipulado acima, para a etapa citada anteriormente.

Também traz uma análise e reflexão sobre a série histórica do fluxo (aprovação escolar) e a evolução histórica do SAEB na etapa de Ensino Médio, através dos resultados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática. Assim sendo, esse artigo é composto de duas seções, além da Introdução e da Conclusão. A primeira delas compreende uma contextualização do IDEB, contendo um histórico de sua criação, como é calculado, uma explicação de cada componente e o seu uso pelas redes educacionais. Em seguida, é apresentada uma breve descrição do estado, com informações gerais sobre o mesmo, como população, renda, IDH e sua rede educacional (como número de escolas, matrículas e professores). A segunda seção apresenta um resgate histórico sobre o IDEB da rede estadual do ES, suas características, metas e taxas de crescimento na série/etapa avaliada (3ª série do Ensino Médio) ao longo do período entre 2007 e 2019. A presente pesquisa também traz uma análise e uma reflexão sobre a série histórica do fluxo (aprovação escolar) e a evolução histórica do SAEB, através dos resultados de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática. Esta seção apresenta uma análise comparativa da situação atual da rede pública do Estado do Espírito Santo em relação ao panorama nacional, tanto no IDEB quanto em seus componentes: fluxo e desempenho. Por fim, contempla uma análise acerca dos dados apresentados, enfatizando a necessidade e a importância do estudo atento, da análise apurada e de seus respectivos desdobramentos, subsidiando, assim, as tomadas de decisão, bem como intervenções pedagógicas e organizacionais.

2. O IDEB DA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

Esse artigo tem como objetivo fazer uma análise da série histórica de cada componente do IDEB da rede pública estadual do Espírito Santo (ES) na etapa de ensino Médio. Esses dados foram selecionados tendo como ponto de partida os indicadores do IDEB que estão disponíveis tanto no sítio do Inep, quanto na Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, em sua Gerência de Informação e Avaliação Educacional.

A primeira subseção pretende apresentar uma breve contextualização do IDEB e seus componentes, trazendo um histórico sucinto de sua criação. A seguir, apresenta-se de forma concisa o seu cálculo, seguida de uma explicação a respeito de cada componente e como estes podem ser utilizados pelas redes educacionais. Na sequência, a subseção apresenta uma breve descrição do estado do Espírito Santo, oferecendo informações gerais sobre o mesmo, como população, renda, IDH e sua rede educacional (como número de escolas, matrículas e professores).

Os estudos e análises apresentados na segunda subseção, levaram em consideração os dados da rede estadual de ensino, no que se refere à etapa da 3ª série do Ensino Médio, avaliada pelo SAEB. O período compreendido entre 2007 e 2019 foi escolhido como recorte temporal, visto ser o período em que há dados disponíveis para a etapa e série analisadas. As notas alcançadas pela rede estadual de ensino no período estipulado acima, para a etapa citada anteriormente foram selecionadas para análise a partir da base de dados e baseiam-se nas metas estipuladas pelo IDEB.

A segunda subseção também apresenta a evolução histórica do SAEB na etapa de Ensino Médio, através dos resultados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, trazendo análise e consequente reflexão sobre cada um desses indicadores e finaliza apresentando algumas análises e considerações sobre a série histórica do fluxo (aprovação escolar). Por fim, contempla algumas observações acerca dos dados apresentados, dando ênfase sobre a necessidade e a importância do estudo atento, da análise apurada e de seus

respectivos desdobramentos, subsidiando, assim, as tomadas de decisão, bem como intervenções pedagógicas e organizacionais.

2.1. IDEB: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E SEUS COMPONENTES

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 e incorpora, em apenas um indicador, os resultados de dois pesos extremamente importantes para a aferição da qualidade da educação: o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações em larga escala. O IDEB é, então, calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e nas médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Portanto, verificam-se a meta e os resultados alcançados de IDEB para cada série/etapa avaliada (5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio) (INEP, 2020, p. 1).

Na página do INEP, voltada para a apresentação do IDEB, incluindo suas metas e seus resultados, encontra-se que:

A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino retiver seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica, que tem estabelecido, como meta para 2022, alcançar média 6 – valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos. (INEP, 2020, s./p.).

O fluxo escolar é calculado a partir da taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização, sendo estas as séries iniciais e séries finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Estes dados são coletados pelo Censo Escolar. O fluxo é um indicador educacional calculado através da divisão do total de alunos aprovados, pelo total de alunos matriculados em cada série de uma etapa da escolarização. Por meio dessa divisão, é calculada uma média para as cinco séries iniciais e para as quatro séries finais do Ensino Fundamental, e também, para as três séries do Ensino Médio (INEP, 2020, p. 1).

Por outro lado, de uma forma mais clara e direta, os níveis de proficiência são definidos a partir das aprendizagens esperadas para os estudantes ao final de cada etapa, para, então, ser traçada a relação entre a média na avaliação externa de larga escala (SAEB) e o índice de aprovação. Nesse contexto, a nota técnica do IDEB exemplifica:

Como o IDEB é resultado do produto entre o desempenho e o rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) então ele pode ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola, a cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o IDEB igual a 5,0 multiplicado por $\frac{1}{2}$, ou seja, $IDEB = 2,5$. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, terá $IDEB = 5,0$ (INEP, 2020, p. 1).

Essa avaliação é bianual, e os dados gerados a partir de seus resultados são essenciais para a análise estatística de avaliação da qualidade da educação básica, tanto para o Brasil quanto para cada unidade da federação. Governos dos estados e municípios podem definir

suas próprias políticas públicas para a educação a partir desse indicador como também avaliar o andamento de sua gestão da educação básica. Além de medir a qualidade da educação básica, o IDEB pode variar entre 0 e 10, sendo que, quanto mais alto seu valor, melhor. Logo, como já mencionado, o IDEB é composto por um indicador que não apenas sintetiza as notas de Língua Portuguesa e Matemática, como também mede o fluxo de aprovação ao longo das séries do Ensino Médio.

Em seu artigo “Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação”, Eloisa de Blasis dialoga sobre como as avaliações em larga escala podem contribuir para a tomada de decisões que resultem em melhoria da qualidade da educação. Nesse sentido, para a autora:

O caráter censitário da Prova Brasil e a projeção de metas bianuais do IDEB – que se tornou ferramenta para o acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – contribuíram para mobilizar ainda mais a atenção de gestores de redes municipais e estaduais de educação em torno das avaliações externas, intensificando a adesão aos indicadores de qualidade na educação e até mesmo a proliferação de sistemas de avaliação em vários estados e municípios.

No entanto, embora ocupem espaço cada vez maior no desenho das políticas educacionais de estados e municípios, as informações produzidas pelas avaliações externas ainda não são suficientemente exploradas como subsídio para a gestão educacional e o trabalho pedagógico. Observam-se dificuldades para a compreensão e uso dos resultados dos testes padronizados nos profissionais da educação, o que indica a necessidade de trabalho direcionado para atender essa demanda, tanto por parte de escolas como de secretarias de educação (BLASIS, 2013, p. 253).

Dessa forma, os resultados das avaliações externas, como é o caso do SAEB, e seus desdobramentos, como o IDEB, têm peso para o conjunto das atividades escolares, pois entende-se que essas avaliações “contribuem para a reflexão sobre as práticas escolares e para o desenvolvimento de ações que visem à melhoria da educação com garantia da aprendizagem para todos” (BLASIS, 2013, p. 255).

O SAEB é um sistema de avaliação em larga escala criado pelo MEC e assim definido em sua nota técnica:

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi criado pelo MEC em 1988. A partir de 1995 incorporou nova metodologia, baseada na Teoria de Resposta ao Item, que permite a comparabilidade dos dados ao longo do tempo, em série histórica. Também realizou, em âmbito nacional, a primeira aplicação amostral de testes padronizados em leitura e resolução de problemas nas séries finais de cada ciclo do Ensino Fundamental (4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano) e 3º ano do Ensino Médio, de todas as unidades da Federação e redes de ensino público (municipal, estadual, federal) e particular, o que passou a ser feito a cada dois anos. A partir de 2005, a atenção aos resultados das escolas obtidos nas avaliações se intensificou. Primeiro com a reestruturação do SAEB pela Portaria Ministerial nº 931 de 21 de março de 2005, que foi desmembrado em duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (Anresc), esta última mais conhecida como Prova Brasil, aplicada de modo censitário em todas as escolas públicas (INEP, 2020).

Assim, observa-se que o SAEB verifica os saberes consolidados pelos estudantes ao fim de cada etapa de escolarização. Esses saberes são medidos através das avaliações cujos itens se baseiam em matrizes de referência, e a parametrização dos itens é definida a partir de níveis de proficiência, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática. Portanto, para que se faça uma análise da série histórica do IDEB no Ensino Médio da rede pública estadual do Espírito Santo, faz-se necessário fazer uma breve apresentação do estado e suas principais características, bem como da sua rede de ensino.

O estado do Espírito Santo tem área superior a 46 mil km², com população total estimada em 3.973.697 habitantes e PIB nominal de 133,8 bilhões. Um de seus traços mais marcantes é “sua formação múltipla, multifacetada, em função das inúmeras etnias que se encontram na base de sua história e de sua configuração como Estado” (ESPÍRITO SANTO, s./p).

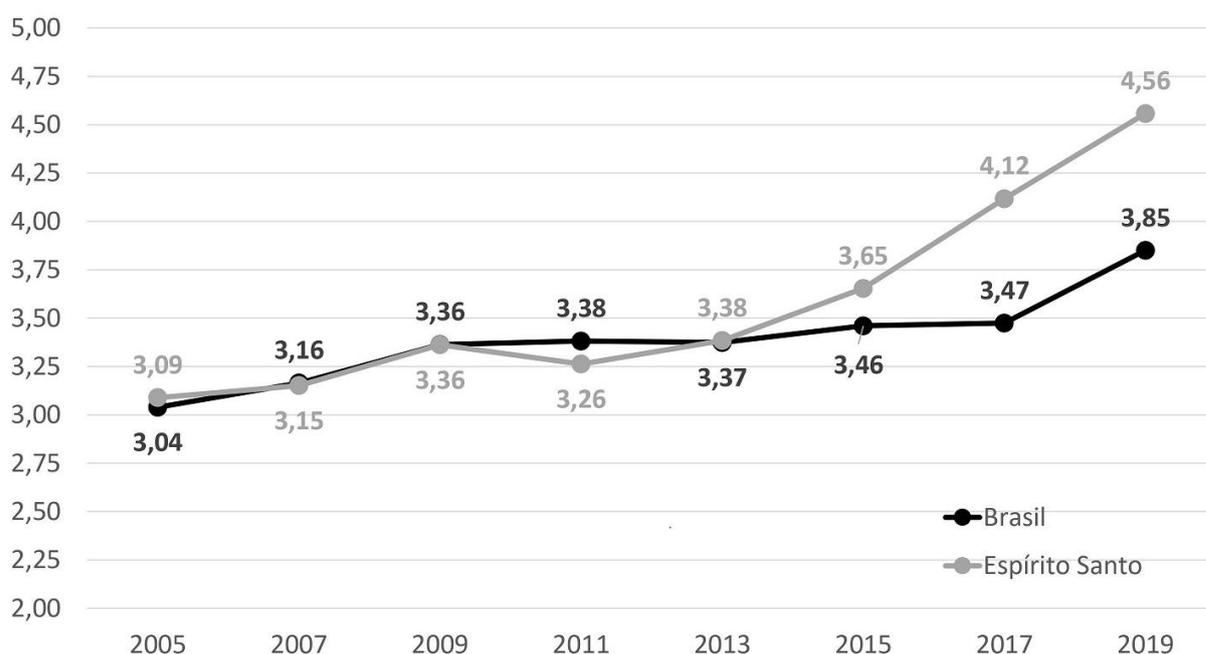
De acordo com o Censo Escolar, em 2019, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo tinha, em sua rede de ensino, 247.721 estudantes matriculados, 10.967 docentes em exercício e 452 escolas em funcionamento. Entre essas últimas, há escolas urbanas e rurais, escolas regulares e escolas do campo, de pedagogia de alternância, quilombolas, indígenas e que atendem a jovens infratores e ao sistema prisional (INEP, 2020). Tais instituições estão distribuídas por 11 superintendências regionais de ensino, que, por sua vez, se reportam à secretaria estadual de educação.

Observando os dados disponíveis dos resultados do IDEB na etapa de Ensino Médio da rede estadual do Espírito Santo no decorrer das aplicações entre 2007 e 2019 e, por fim, observando os dados disponíveis dos resultados do IDEB da rede estadual do Espírito Santo, no decorrer das aplicações entre 2007 e 2019, e, simultaneamente, sua evolução no SAEB no mesmo período, faz-se necessária uma análise mais aprofundada desses indicadores e uma comparação com outros estados do Brasil e a média da federação.

2.1. ANÁLISE DA SÉRIE HISTÓRICA DO IDEB DA REDE ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO

A fim de apresentar a série histórica do IDEB da rede estadual do Espírito Santo no Ensino Médio, são apresentados, a seguir, dois gráficos, que expõem os resultados do IDEB da rede estadual de ensino e do Brasil, para análises.

GRÁFICO 1 – IDEB: Rede Estadual – Ensino Médio

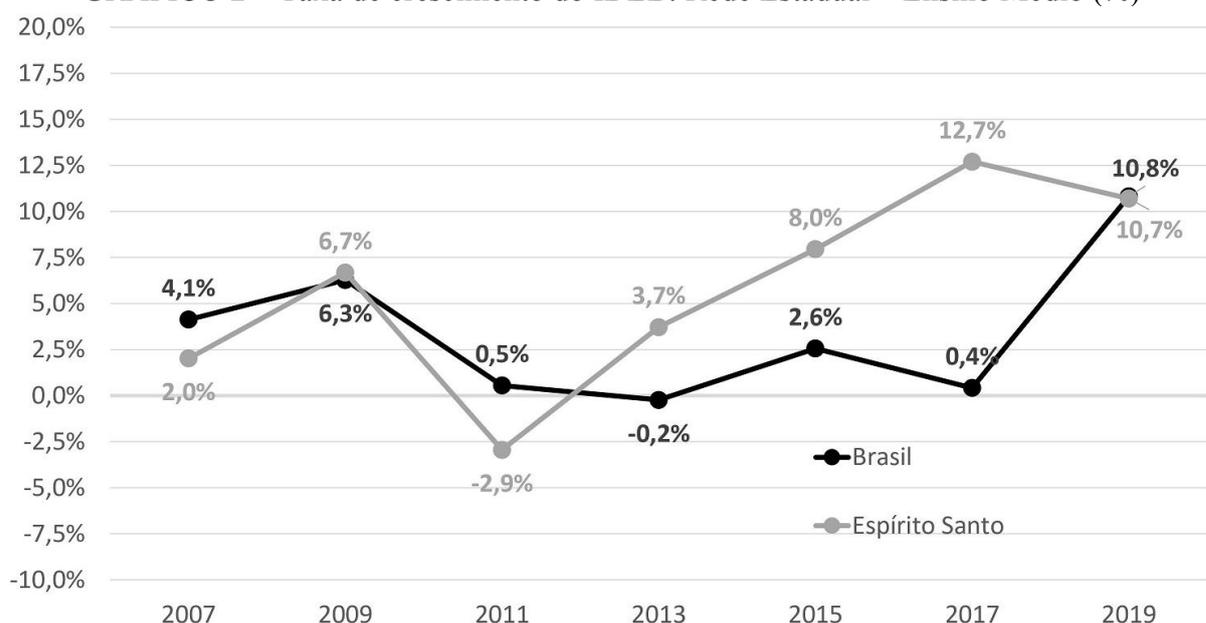


Fonte: INEP, 2020.

Em 2009, observou-se um crescimento de aproximadamente 0,4 pontos no IDEB a nível nacional. No entanto, desde então, o Ensino Médio das redes estaduais brasileiras apresentou variações muito sutis nesse indicador, tendo sua maior variação registrada apenas no último biênio, alcançando o patamar de 3,85 em 2019 (INEP, 2020).

Além disso, no Espírito Santo, embora se tenha verificado que os primeiros anos tenham sido de melhora significativa, nota-se que, a partir de 2009, há uma estagnação do índice, apresentando apenas uma breve ascensão entre 2013-2015. De 2017 para 2019, porém, houve o maior crescimento da série histórica, fazendo o IDEB do estado atingir o seu maior patamar. O Espírito Santo se destaca nesse cenário, mantendo uma trajetória crescente, desde 2013, atingindo o IDEB de 4,56 pontos em 2019 (INEP, 2020).

GRÁFICO 2 – Taxa de crescimento do IDEB: Rede Estadual – Ensino Médio (%)

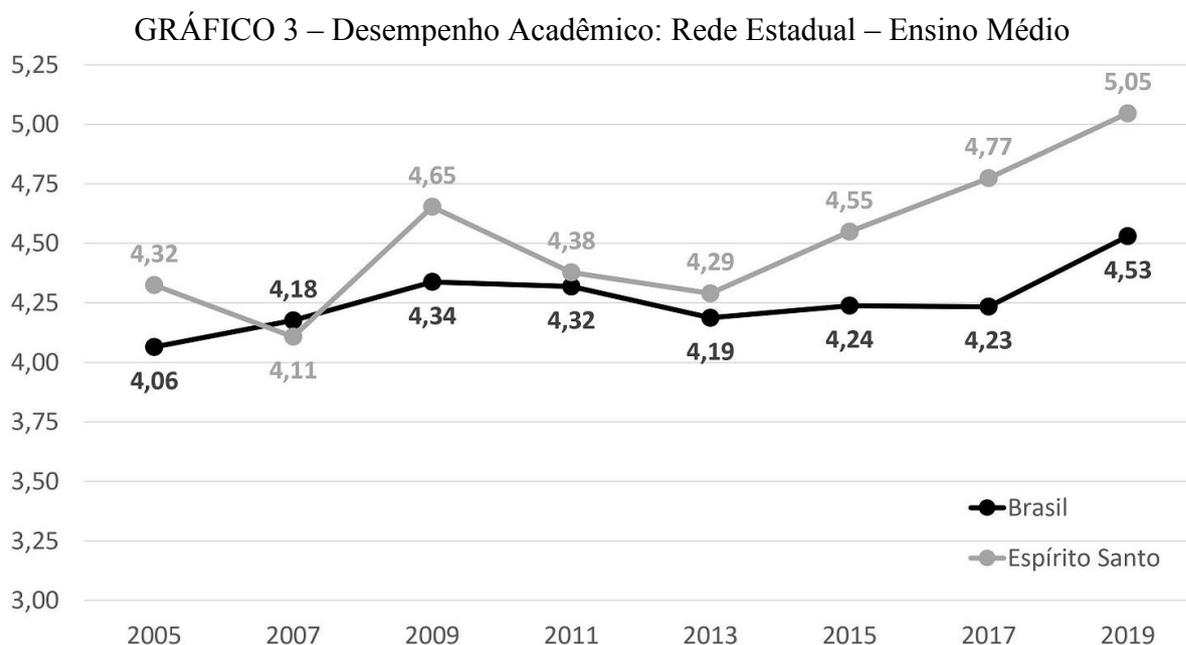


Fonte: INEP, 2020.

Observando-se os gráficos acima, pode-se inferir que o Espírito Santo manteve uma trajetória crescente em grande parte do período, sendo que se pode observar um crescimento considerável sobre o IDEB a partir de 2015. Nesse sentido, em termos de taxa de crescimento do índice, é possível notar grande oscilação, por sua vez, até 2011. A partir de 2013, no entanto, o estado passa a crescer sempre acima do país, o que o faz descolar do patamar nacional.

Esse crescimento pode ser explicado, em parte, pelo investimento realizado pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo em ações de fortalecimento da gestão escolar, com formação em exercício para gestores escolares (diretores e coordenadores pedagógicos). Como se observa nos dados disponíveis no observatório de Educação do Instituto Unibanco (2021), essas formações vêm acontecendo de forma contínua e sistemática e trouxeram para a rede pública estadual de ensino, principalmente na etapa de Ensino Médio, a implementação do circuito de gestão, com pactuação de metas, o planejamento orientado pela supervisão pedagógica, a construção de planos de ação que contemplem as fragilidades apresentadas pelos resultados das avaliações externas, a execução destes planos com monitoramento de cada etapa, análise, e, se necessário, a correção de rotas e compartilhamento de boas práticas. Cada etapa do circuito de gestão vem sendo também desenvolvida em todos os níveis da secretaria: gestão central, superintendências regionais e unidades escolares (SEDU, 2019).

Essas formações vêm acontecendo de forma contínua e sistemática. Os dois próximos gráficos trazem informações sobre o desempenho acadêmico dos estudantes:

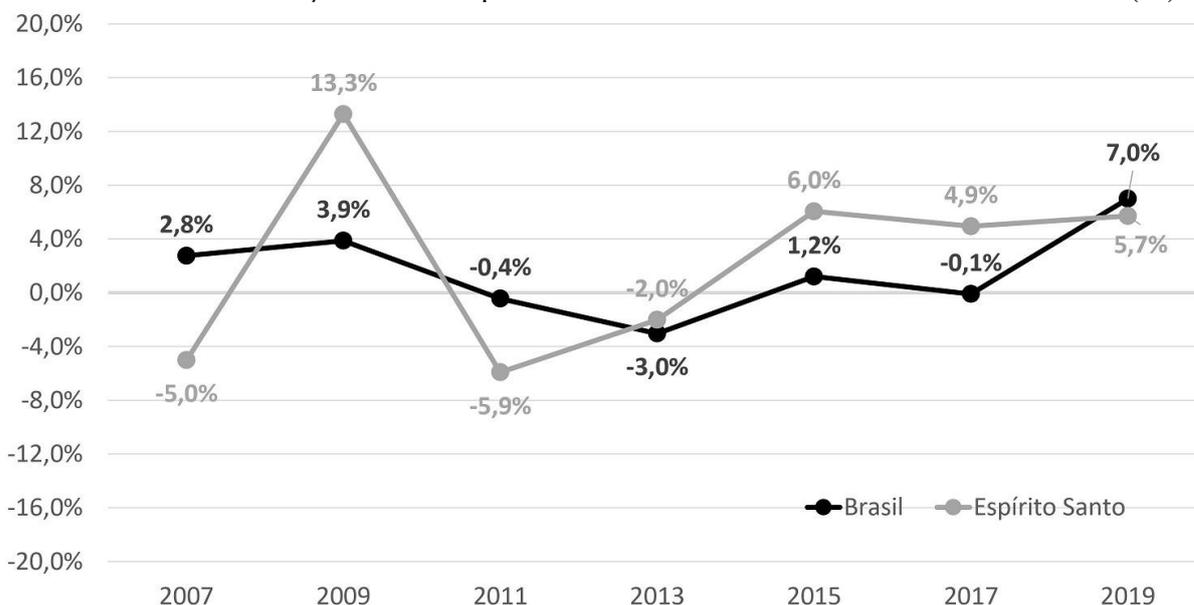


Fonte: INEP, 2020.

Em relação aos componentes do IDEB, a dimensão relativa ao desempenho acadêmico, ou seja, a nota padronizada dos alunos no SAEB mostrou períodos de crescimento desde 2013. Este componente foi o que mais contribuiu para o avanço do estado no índice.

Tomando como base os gráficos apresentados, pode-se inferir que o componente relativo ao desempenho acadêmico dos alunos enfrentou diversos períodos de queda a nível nacional. Destaca-se, no entanto, a trajetória observada pelo Espírito Santo, cujos períodos de crescimento predominaram a partir de 2013. Em 2019, por fim, o estado chegou a 5,05, revelando-se o maior do país (INEP, 2020).

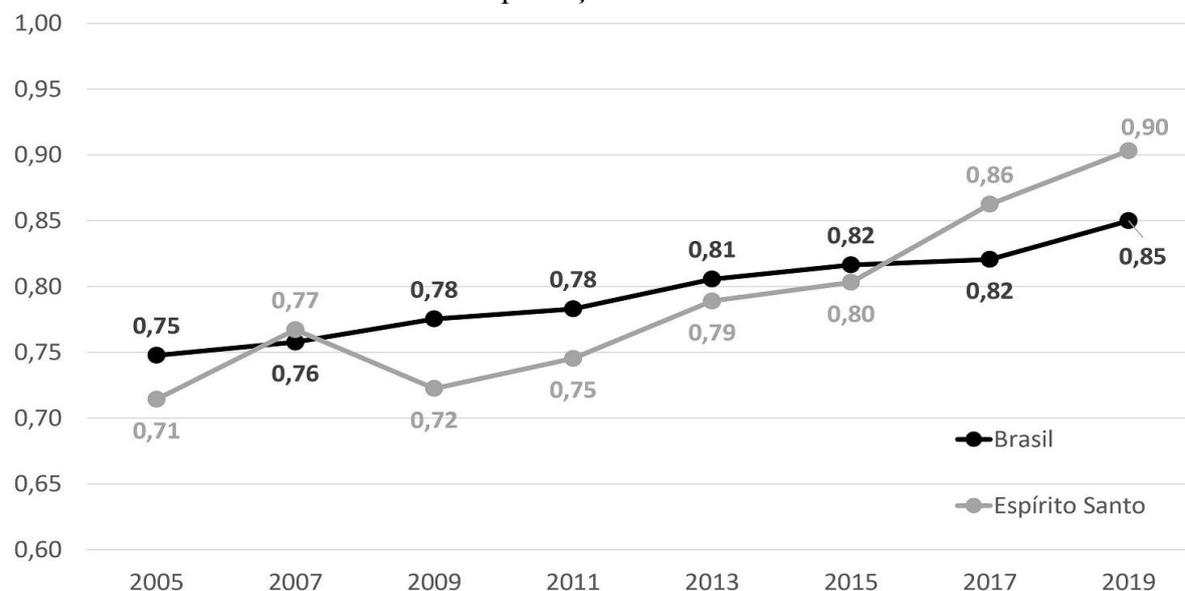
GRÁFICO 4 – Variação do desempenho acadêmico: Rede Estadual – Ensino Médio (%)



Fonte: INEP, 2020.

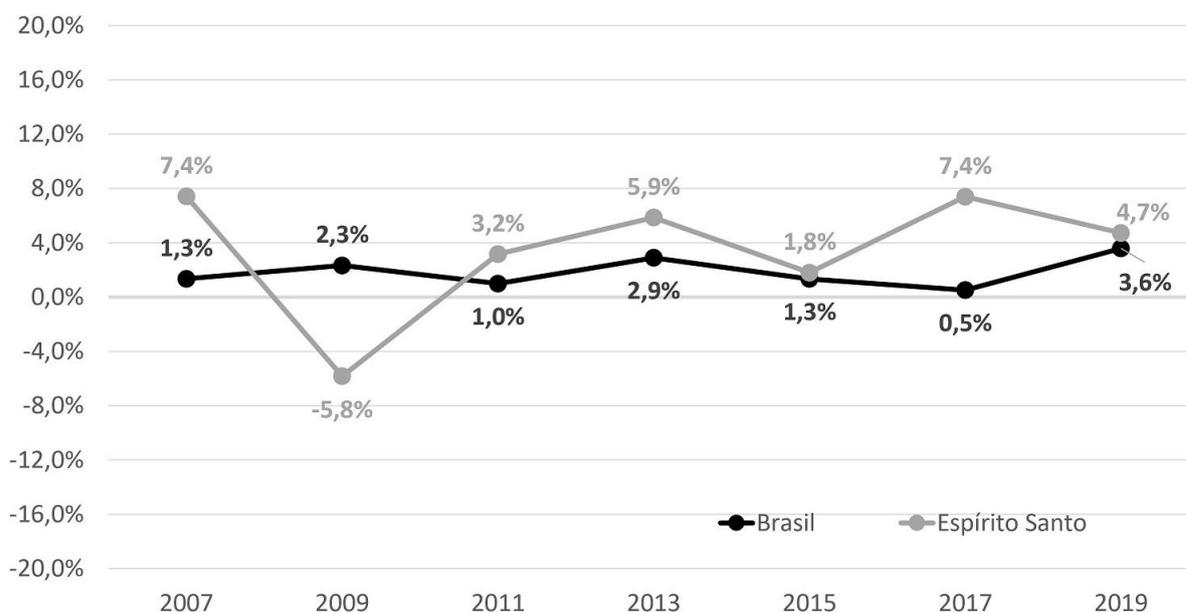
As taxas de variação do desempenho acadêmico, evidenciadas pelo gráfico acima, mostram as oscilações sofridas até 2013. Ademais, entre 2007 e 2009, a variação foi de 13,3%, entre 2009 e 2011, foi de -5,9%, e entre 2011 e 2013, foi de -2,0%. Somente a partir de 2013 o Espírito Santo apresenta variação de desempenho consistente, indicando o crescimento, o qual – vale ressaltar – é sempre acima do Brasil (com exceção de 2019).

GRÁFICO 5 – Taxa de aprovação: Rede Estadual – Ensino Médio



Fonte: INEP, 2020.

GRÁFICO 6 – Variação da taxa de aprovação: Rede Estadual – Ensino Médio (%)



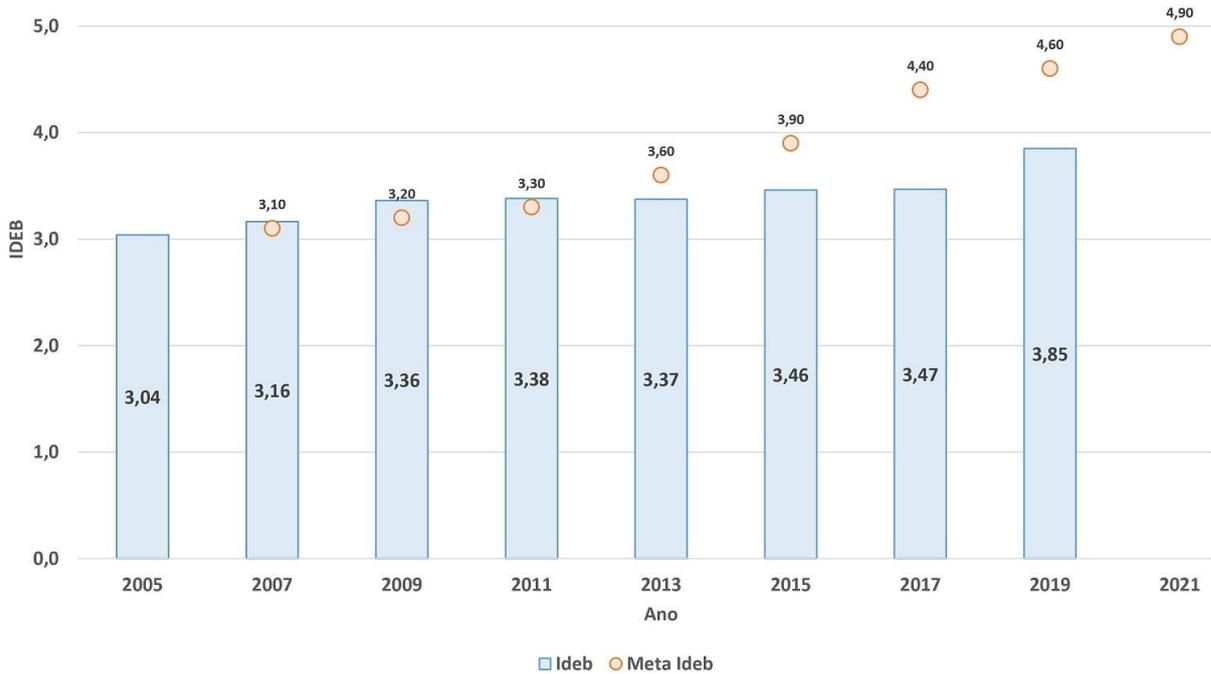
Fonte: INEP, 2020.

O componente relativo à taxa de aprovação, no Gráfico 5, demonstra crescente avanço na década, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, aumento esse que atingiu, pela primeira vez, o patamar de 0,9 (INEP, 2020). Apesar de ter havido um crescimento menos consistente em 2015, todavia, a variação da taxa de aprovação do estado mostra sua evolução no componente a partir de 2011. Desde então, sempre Espírito Santo apresenta crescimentos acima do componente brasileiro, que o fazem ultrapassar e se descolar do resultado nacional.

O Espírito Santo, portanto, está entre os estados que mais avançaram em termos de IDEB na década. Em geral, seu crescimento se deu de forma balanceada entre desempenho acadêmico e taxa de aprovação a partir de 2013. Desse ano até 2019, foram seguidos aumentos de IDEB com melhora nos dois componentes, o que coloca o estado cada vez mais perto do IDEB de 5 pontos, a um ritmo bastante superior ao brasileiro.

A seguir, são apresentados dados comparativos, referentes ao atingimento de metas:

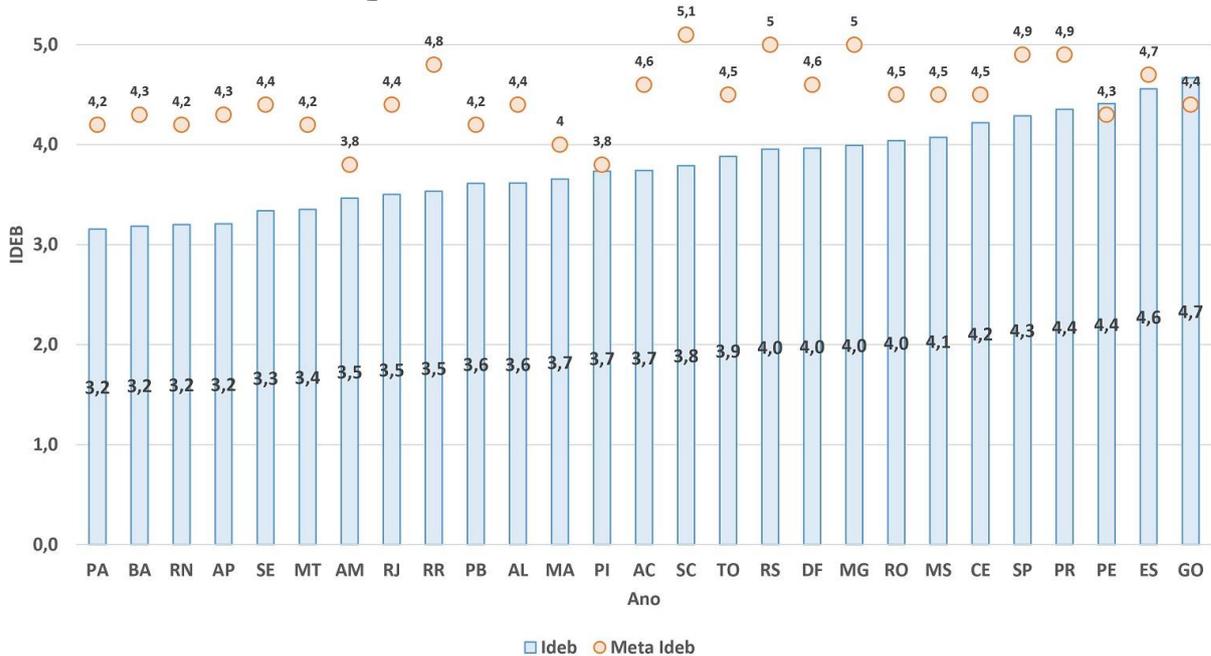
GRÁFICO 8 – Atingimento de Metas IDEB 2019 – Brasil- Ensino Médio: redes estaduais



Fonte: INEP, 2020.

Ao se observar as metas do IDEB para as redes estaduais, verifica-se que, a partir de 2013, o Brasil começa a se distanciar da meta estipulada para cada ano. Isso evidencia como é preciso contar com grande mobilização social e elevação do valor dado à educação, para que se consiga alcançar as metas estipuladas pelo INEP e, finalmente, uma educação pública de qualidade. Portanto, a estagnação não pode mais ser permitida, de forma que a melhora gradativa e permanente, tal como preconizada pelas metas estipuladas, se torne um caminho possível. Vale destacar, nesse sentido, a importância do avanço observado em 2019 para a redução dessa distância entre meta e resultado alcançado.

GRÁFICO 9 – Atingimento de metas IDEB 2019: UF – EM – redes estaduais



Fonte: INEP, 2020.

No Gráfico 9, é possível visualizar que algumas redes conseguiram atingir suas metas em 2019. A partir desses dados, deve-se dar destaque especial para as redes públicas estaduais de Goiás e Pernambuco, que atingiram suas metas. Aliás, as redes públicas dos estados de Piauí e Espírito Santo se aproximaram consideravelmente de sua meta.

TABELA 1 – Situação atual IDEB: Rede Estadual – Ensino Médio

UF	IDEB		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil - rede estadual	3,47	3,85	0,38	11,01
Goiás	4,28	4,67	0,39	3,14
Espírito Santo	4,12	4,56	0,44	10,69
Pernambuco	4,03	4,41	0,38	9,45
Paraná	3,66	4,35	0,69	18,81
São Paulo	3,78	4,29	0,50	13,32
Ceará	3,84	4,22	0,38	9,83
Mato Grosso do Sul	3,59	4,07	0,49	13,53
Rondônia	3,76	4,04	0,28	7,53
Minas Gerais	3,59	3,99	0,40	11,09
Distrito Federal	3,40	3,97	0,56	16,47
Rio Grande do Sul	3,38	3,95	0,58	17,07
Tocantins	3,65	3,88	0,23	6,24
Santa Catarina	3,64	3,79	0,15	4,08
Acre	3,61	3,74	0,13	3,71
Piauí	3,34	3,73	0,3	11,71
Maranhão	3,38	3,66	0,28	8,18
Alagoas	3,32	3,62	0,29	8,77
Paraíba	3,05	3,61	0,56	18,31
Roraima	3,28	3,53	0,26	7,80
Rio de Janeiro	3,29	3,50	0,21	6,42
Amazonas	3,27	3,46	0,19	5,88
Mato Grosso	3,20	3,35	0,16	4,91
Sergipe	3,07	3,34	0,27	8,80
Amapá	3,00	3,21	0,20	6,77
Rio Grande do Norte	2,86	3,20	0,34	11,84
Bahia	2,74	3,18	0,44	16,05
Pará	2,81	3,16	0,35	12,33

Fonte: BRASIL, 2020.

Por meio da Tabela 1, observa-se que, em 2017, apenas três estados tinham IDEB igual ou maior que 4. Além disso, a partir de 2019, nenhum estado brasileiro apresentou IDEB inferior a 3,2, enquanto 11 estados passaram a ter IDEB de 4 ou mais. Na verdade, nenhum estado teve decréscimo no IDEB em 2019, e isso é inédito, já que todos eles melhoraram ao menos 0,13%.

Ampliando um pouco mais a análise, a Tabela 2 apresenta os dados do IDEB das redes estaduais no Ensino Médio, quando se somam também os resultados do Ensino Médio Técnico.

TABELA 2 – Situação atual IDEB: Rede Estadual (EM Regular e EM Técnico)

UF	IDEB		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil - rede estadual	3,50	-	-	-
Goiás	4,28	4,67	0,39	9,14

Espírito Santo	4,15	4,58	0,43	10,25
Pernambuco	4,07	4,48	0,41	10,05
Ceará	4,04	4,45	0,40	10,01
Paraná	3,68	4,38	0,70	19,02
São Paulo	3,83	4,35	0,52	13,62
Mato Grosso do Sul	3,59	4,08	0,49	13,54
Rondônia	3,76	4,04	0,28	7,53
Minas Gerais	3,59	3,99	0,40	11,11
Rio Grande do Sul	3,39	3,98	0,59	17,39
Distrito Federal	3,41	3,97	0,56	16,54
Tocantins	3,66	3,88	0,22	5,96
Santa Catarina	3,66	3,80	0,14	3,84
Acre	3,61	3,74	0,13	3,70
Piauí	3,35	3,74	0,38	11,48
Maranhão	3,38	3,67	0,29	8,44
Paraíba	3,07	3,64	0,57	18,61
Alagoas	3,32	3,63	0,30	9,08
Roraima	3,29	3,54	0,25	7,75
Rio de Janeiro	3,33	3,52	0,19	5,74
Amazonas	3,27	3,46	0,19	5,85
Mato Grosso	3,21	3,36	0,15	4,76
Sergipe	3,07	3,34	0,27	8,84
Rio Grande do Norte	2,87	3,25	0,39	13,46
Bahia	2,76	3,23	0,47	16,83
Amapá	3,01	3,21	0,20	6,63
Pará	2,82	3,17	0,35	12,30

Fonte: BRASIL, 2020.

Observando a tabela acima, percebe-se claramente que todas as Unidades da Federação melhoraram no IDEB em suas redes estaduais de Ensino Médio. Ao se incluir também o ensino técnico, o IDEB do Espírito Santo aumentou 0,02 pontos e chegou a 4,58. Ressalta-se que a variação de 0,43 obtida pelo estado, nesse último biênio, é a oitava maior entre as unidades da federação em números absolutos.

A tabela a seguir mostra a evolução do componente do IDEB no que se refere ao desempenho acadêmico, ou à nota padronizada, no último biênio.

TABELA 3 – Situação atual nota padronizada: Rede Estadual – Ensino Médio

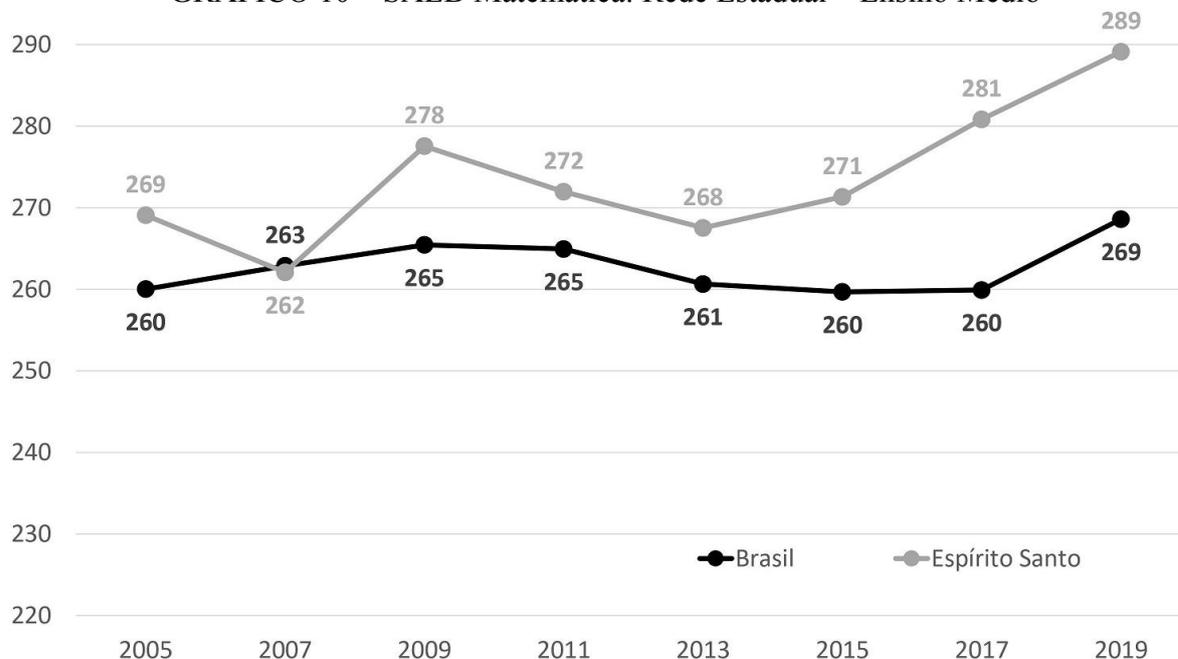
UF	IN		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil - rede estadual	4,23	4,53	0,30	7,09
Espírito Santo	4,77	5,05	0,27	5,70
Goiás	4,56	4,93	0,37	8,21
Rio Grande do Sul	4,58	4,89	0,31	6,70
Paraná	4,46	4,85	0,39	8,78
Mato Grosso do Sul	4,45	4,78	0,33	7,44
Minas Gerais	4,52	4,76	0,24	5,31
Santa Catarina	4,35	4,76	0,41	9,38
Distrito Federal	4,31	4,75	0,44	10,19
São Paulo	4,37	4,71	0,34	7,82
Rondônia	4,42	4,69	0,27	6,18
Pernambuco	4,32	4,66	0,34	7,82
Ceará	4,21	4,47	0,26	6,23

Rio de Janeiro	4,17	4,44	0,27	6,49
Acre	4,26	4,44	0,18	4,23
Mato Grosso	4,16	4,38	0,22	5,23
Paraíba	3,88	4,35	0,47	12,10
Tocantins	4,19	4,33	0,14	3,38
Piauí	3,91	4,28	0,37	9,53
Roraima	3,92	4,25	0,33	8,54
Sergipe	4,08	4,25	0,16	3,99
Alagoas	3,89	4,18	0,29	7,40
Bahia	3,73	4,09	0,36	9,57
Maranhão	3,91	4,04	0,13	3,27
Rio Grande do Norte	3,77	4,03	0,26	7,00
Amapá	3,81	4,02	0,22	5,72
Amazonas	3,92	4,01	0,09	2,34
Pará	3,58	3,93	0,36	9,94

Fonte: BRASIL, 2020.

Ao se analisar a nota padronizada vê-se que há um aumento no indicador do ensino médio e, ao se analisar a nota padronizada, vê-se que há um aumento no indicador do ensino médio em que, segundo o INEP (BRASIL, 2020), ocorreu em função da melhora nos resultados da avaliação desta etapa de ensino no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Mesmo com o resultado positivo, a meta nacional de 5 pontos prevista pelo INEP, para o ano de 2019, não foi alcançada. É possível notar que o Espírito Santo, por sua vez, teve variação de 0,27, o que resultou em uma nota 5,70% maior que a de 2017. Seguindo em frente, são apresentados dados relacionados aos componentes curriculares avaliados, que compõem o indicativo em estudo:

GRÁFICO 10 – SAEB Matemática: Rede Estadual – Ensino Médio



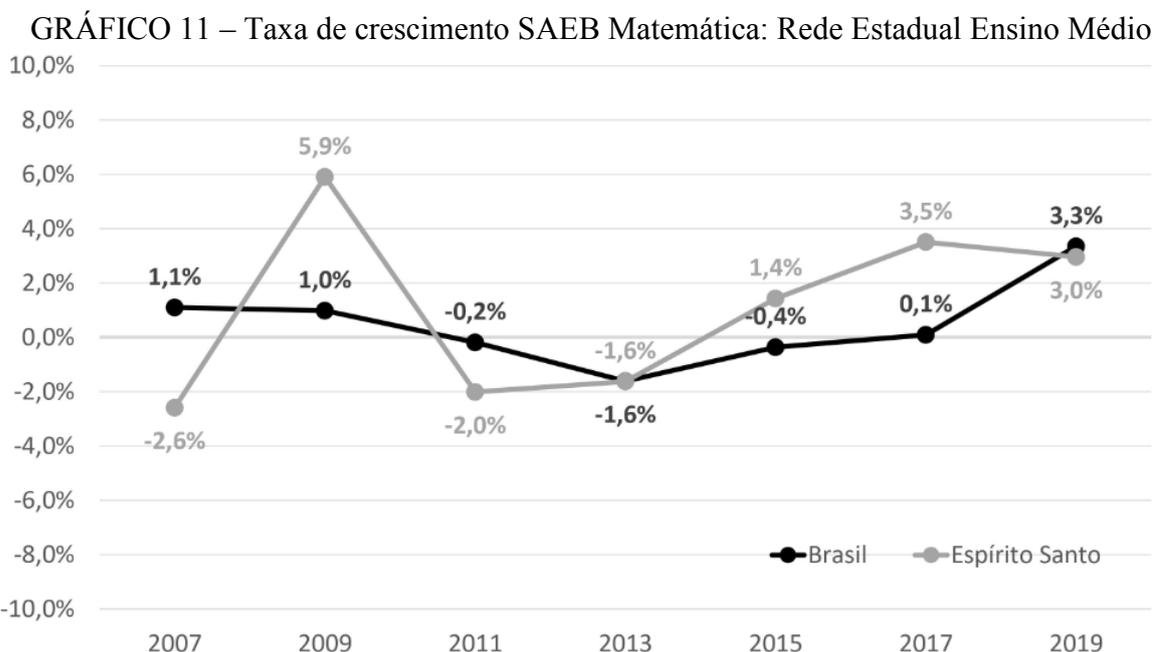
Fonte: INEP, 2020.

Já se sabe que o desempenho acadêmico é pautado nas proficiências medidas pelo SAEB, e os níveis de aprendizagem indicam a complexidade dos conhecimentos avaliados, sendo que, quanto mais alto, mais avançado é. Dessa maneira, em Matemática, o nível 1

começa com nota 225, e a mudança de nível se dá a cada 25 pontos, até chegar no nível 10, com 450 pontos ou mais (INEP, 2020). Nesse caso, a média brasileira na série histórica mantém-se no nível 2, atingindo sua pontuação mais alta em 2019, com 269 pontos.

Entre 2005 e 2015, a 3ª série do Ensino Médio da rede pública estadual do Espírito Santo apresentou oscilações dentro do nível 2, com uma pequena subida em 2009, voltando a cair até 2013. Contudo, foram percebidos aumentos expressivos de maneira que, a partir de 2015, o estado alcançou o nível 3 do SAEB, na proficiência em Matemática, e atingiu seu maior patamar histórico em 2019, chegando a 289 pontos.

Em termos de taxa de crescimento, por sua vez, é possível notar oscilações agudas na proficiência de Matemática até 2013, conforme se observa no Gráfico 11 a seguir. A partir da retomada, em 2015, o estado passou a crescer sempre acima do Brasil, com exceção de 2019, quando os resultados se mostraram similares.



Fonte: INEP, 2020.

Isto posto, percebe-se que a taxa de crescimento do SAEB, na média brasileira, esteve em queda entre os anos de 2007 a 2013, embora, a partir de 2017, esse índice tenha se tornado novamente positivo, alcançando 3,3% em 2019, o maior na série histórica. É importante notar que, a partir de 2015, a taxa de crescimento do SAEB em Matemática no Ensino Médio foi sempre positiva no estado do Espírito Santo, e isso se reflete no crescimento da pontuação do SAEB mostrado no Gráfico 10.

Sob tal viés, a Tabela 6 apresenta a situação do SAEB em Matemática das redes públicas estaduais no Ensino Médio, no último biênio. Nela, é possível observar as pontuações em 2017 e 2019 e também a variação entre esses dois anos, em cada unidade federativa da União.

TABELA 4 – Situação atual – SAEB Matemática: Rede Estadual – Ensino Médio

UF	MT		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil- rede estadual	260	269	9	3
Espírito Santo	281	289	8	3
Goiás	272	283	11	4
Rio Grande do Sul	273	282	9	3

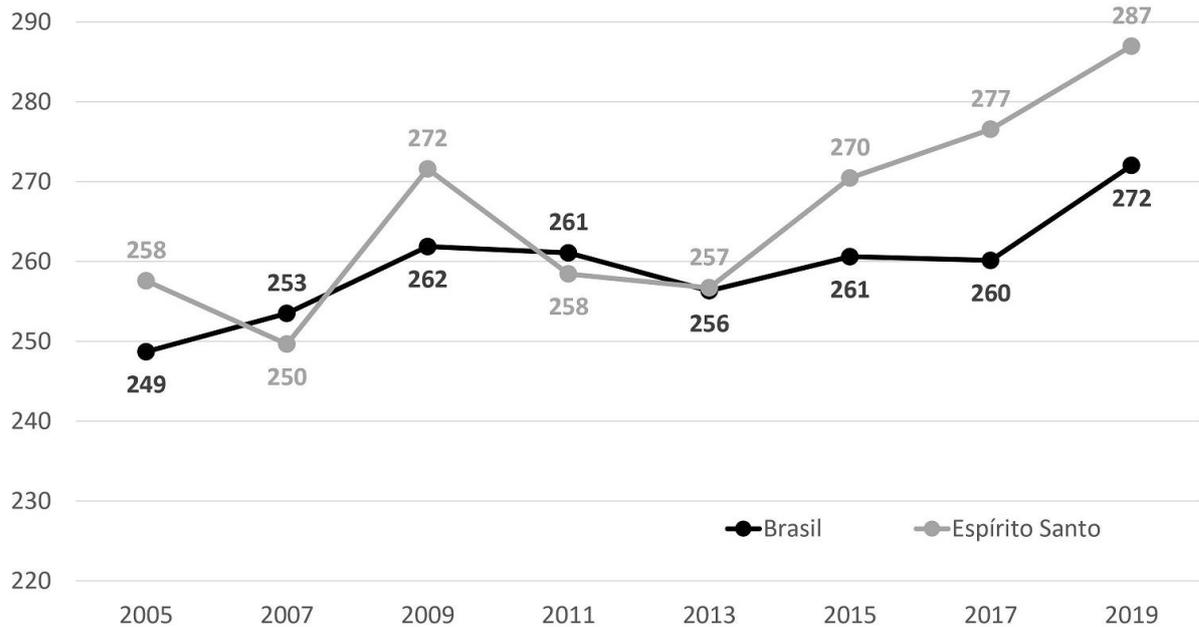
Paraná	263	281	12	4
Santa Catarina	266	280	13	5
Minas Gerais	272	279	7	3
Mato Grosso do Sul	268	278	10	4
Distrito Federal	264	277	13	5
Rondônia	268	276	8	3
São Paulo	263	273	10	4
Pernambuco	263	273	10	4
Ceará	259	266	7	3
Acre	260	266	6	2
Rio de Janeiro	257	265	8	3
Tocantins	260	264	4	1
Mato Grosso	258	264	6	2
Paraíba	248	262	14	6
Piauí	251	261	10	4
Sergipe	256	259	3	1
Roraima	249	259	10	4
Alagoas	248	255	7	3
Bahia	243	253	10	4
Rio Grande do Norte	244	251	6	3
Maranhão	247	250	3	1
Amapá	243	249	6	2
Amazonas	247	249	2	1
Pará	237	246	9	4

Fonte: INEP, 2020

É possível observar que o Espírito Santo chegou a 289 pontos em Matemática, com variação na escala SAEB de 8 pontos, o que significa um aumento de cerca de 3% em relação a 2017, resultado esse muito próximo à média nacional. Conforme publicação do INEP, desde a edição de 2009 do SAEB, as médias nacionais não apresentavam evolução substancial e mantinham-se praticamente em estagnação. Em 2019, porém, as notas subiram consideravelmente. Em contrapartida, 16 estados não alcançaram a média nacional de 277,3 pontos no componente curricular de Matemática (INEP, 2020).

A seguir, a análise volta-se para os resultados do SAEB no componente curricular de Língua Portuguesa.

GRÁFICO 12 – SAEB Língua Portuguesa: Rede Estadual – Ensino Médio

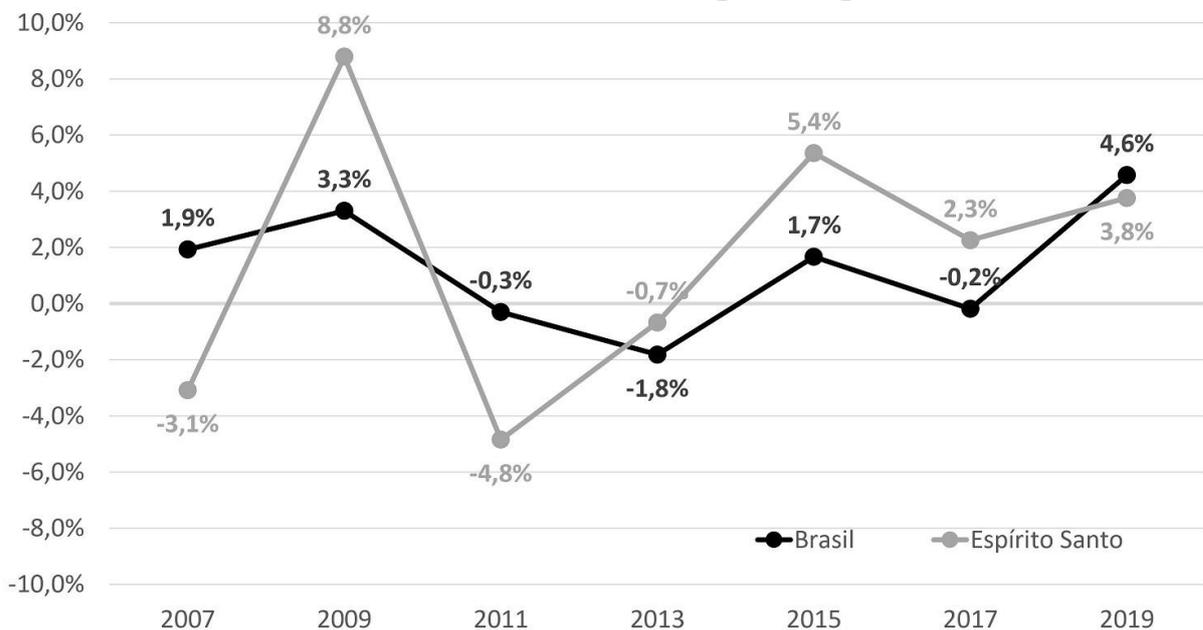


Fonte: INEP, 2020.

Já em Língua Portuguesa, são considerados 8 níveis de aprendizagem: o nível 1 começa com 225 pontos, e a mudança de nível também se dá a cada 25 pontos, sendo que o último nível contempla os que atingiram 400 pontos ou mais (INEP, 2020). Mesmo nos períodos em que houve melhora na proficiência de Língua Portuguesa, o Ensino Médio da rede pública do estado do Espírito Santo oscilou dentro no nível 2 de aprendizagem, considerado ainda elementar. O ano de 2013 é marcado por uma pequena queda, contudo, de 2015 a 2019, há expressivos aumentos, com o estado apresentando o seu maior crescimento histórico no SAEB em Língua Portuguesa, chegando ao nível 3 de proficiência, com 287 pontos.

O Gráfico 13 apresenta estas taxas de crescimento do SAEB em Língua Portuguesa no Ensino Médio da rede pública estadual do Espírito Santo, sobretudo em comparação com as médias nacionais no mesmo período.

GRÁFICO 13 – Taxa de crescimento do SAEB Língua Portuguesa: Rede Estadual EM



Fonte: INEP, 2020.

Em termos de taxa de crescimento, o padrão apresentado no gráfico acima é semelhante ao observado na proficiência de Matemática. Após as oscilações (até 2013), o Espírito Santo passa a crescer acima da média do Brasil até 2017, sendo superado, porém, em 2019. De acordo com a publicação na página do INEP, os resultados do Ensino Médio em Língua Portuguesa também melhoraram em todas as unidades da Federação, mas 15 unidades não igualaram ou superaram seus resultados em relação à média do país, de 278,4 pontos. No entanto, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo e Paraná destacaram-se tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa, com notas acima de 290 pontos (INEP, 2020).

No intuito de mostrar o desempenho dos estados brasileiros no último biênio, em relação ao componente Língua Portuguesa nas redes estaduais do Ensino Médio, segue-se a Tabela 5.

TABELA 5 – Situação atual – SAEB Língua Portuguesa: Rede Estadual Ensino Médio

UF	LP		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil - rede estadual	260	272	12	5
Espírito Santo	277	287	10	4
Goiás	271	285	14	5
Rio Grande do Sul	271	283	12	4
Paraná	267	282	15	6
Mato Grosso do Sul	267	272	5	2
São Paulo	266	279	13	5
Distrito Federal	262	279	17	7
Minas Gerais	268	278	9	3
Santa Catarina	262	277	15	6
Pernambuco	263	276	14	5
Rondônia	265	276	11	4
Ceará	259	270	10	4
Rio de Janeiro	259	269	7	4
Acre	262	268	18	3
Paraíba	248	266	18	7
Mato Grosso	257	266	9	4
Tocantins	257	263	6	2
Roraima	249	262	13	5
Piauí	247	262	15	6
Sergipe	254	262	8	3
Alagoas	248	261	12	5
Bahia	242	257	15	6
Amapá	248	257	9	4
Maranhão	250	257	6	2
Amazonas	251	256	5	2
Rio Grande do Norte	244	255	12	5
Pará	238	253	15	6

Fonte: INEP, 2020

No que se refere à proficiência em Língua Portuguesa, ocorre o mesmo padrão que em Matemática: todos os estados apresentaram melhora no indicador com relação ao ano de 2017, todavia de forma menos variada e ainda mais intensa do que a evolução em

Matemática. O Espírito Santo, especificamente, alcançou 287 pontos em Língua Portuguesa, tendo aumentado 10 pontos no último biênio.

Nessa análise, algumas ações da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo podem ser apontadas como de extrema relevância para os avanços registrados pela rede pública deste estado em relação ao IDEB e ao SAEB, tanto em língua portuguesa quanto em Matemática. São elas:

1. Elaboração de um currículo para os Ensinos Fundamental e Médio, em 2009, o que permitiu que as escolas, em vez de se pautarem principalmente pelos livros didáticos, passassem a ter uma orientação geral comum a toda a rede (ESPÍRITO SANTO, 2009).

2. Ampliação, em 2010, da carga horária de todas as escolas de quatro para cinco horas diárias (ESPÍRITO SANTO, 2010). Tendo os estudantes de Ensino Médio de toda a rede pública estadual por mais tempo na escola, de maneira que foi possível ampliar a carga horária e, assim, melhorar o ensino e a aprendizagem.

3. Regulamentação da Lei do Piso Salarial do Magistério no Estado, estabelecendo que o terço de horas de atividade fora de sala de aula acontecesse necessariamente dentro da escola (ESPÍRITO SANTO, 2007).

4. Investimento na melhoria da gestão educacional, com reorganização da rede para focar na aprendizagem e na permanência dos alunos (ESPÍRITO SANTO, 2019). Esse investimento visou ampliar a atuação pedagógica dos gestores escolares, em parceria com os coordenadores pedagógicos das escolas, com formação continuada para esses atores, resultando em um fortalecimento da gestão.

5. Criação da função de Supervisor Escolar - servidor alocado nas regionais de ensino, o qual apoia a equipe da escola na implantação do circuito de gestão, além de levar informações da instituição para a regional e vice-versa (ESPÍRITO SANTO, 2018).

6. Seleção de diretores por concursos que envolvem não apenas uma prova, mas também entrevistas e a elaboração de um projeto pedagógico a ser apresentado para a comunidade escolar (ALES, 1997). Direcionamento do foco de atuação do diretor na gestão pedagógica, com terceirização das ações administrativas, como compra de merendas (ESPÍRITO SANTO, 2007).

7. Regime de colaboração com municípios, inspirado no modelo empregado pelo Ceará (ESPÍRITO SANTO, 2017).

8. Incentivo ao Protagonismo Juvenil – encontros chamados de “Diálogos sobre a Gestão” - em que estudantes e gestores têm a oportunidade de estreitar laços e debater juntos formas de melhorar a aprendizagem (SEDU, 2019). Nesses encontros, os representantes de turma de todas as escolas da rede tinham a oportunidade de se encontrarem com gestores escolares, supervisores pedagógicos e representantes das superintendências regionais de educação e da Sedu/ES Central, participando de palestras, oficinas, debates e compartilhamento de ideias e informações. A partir dos encontros estaduais, aconteceram desdobramentos regionais e locais, possibilitando a participação de um número cada vez maior de estudantes e gestores. Esses encontros aconteceram anualmente entre 2016 e 2019.

9. Horário integral – ampliação do número de escolas com educação em tempo integral, inspirado na experiência de Pernambuco (ESPÍRITO SANTO, 2015). O formato da educação em tempo integral, utilizado no Espírito Santo, além da ampliação da carga horária, também possibilita uma maior interação entre os estudantes, e destes com os professores, através dos clubes de aprendizagem, das disciplinas eletivas, do estudo orientado e das práticas experimentais.

10. Avaliações – uso pedagógico das avaliações com devolutivas rápidas para as escolas, com melhor diagnóstico dos problemas dos alunos (CAEd/UFJF). O Paebes Tri é uma avaliação trimestral da aprendizagem realizada para a etapa de Ensino Médio nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. Feita no formato da teoria

clássica dos testes, seus resultados dão um diagnóstico das habilidades desenvolvidas e das fragilidades de aprendizagem dos estudantes, possibilitando uma intervenção pedagógica mais precisa e um replanejamento eficaz dos professores.

O outro componente do IDEB, fluxo ou taxa de aprovação, também merece uma análise um pouco mais detalhada. Na Tabela 6, é possível visualizar a situação atual das redes estaduais no Ensino Médio, entre 2017 e 2019, neste indicador.

TABELA 6 – Situação atual taxa de aprovação: Rede Estadual – Ensino Médio

UF	IP		Variação IDEB (2017-2019)	Variação IDEB (2017-2019) (%)
	2017	2019		
Brasil - rede estadual	0,82	0,85	0,03	3,66
Pernambuco	0,93	0,95	0,01	1,52
Goiás	0,94	0,95	0,01	0,86
Ceará	0,91	0,94	0,03	3,39
São Paulo	0,87	0,91	0,04	5,10
Maranhão	0,86	0,91	0,04	4,76
Espírito Santo	0,86	0,90	0,04	4,72
Paraná	0,82	0,90	0,08	9,22
Tocantins	0,87	0,90	0,02	2,77
Piauí	0,86	0,87	0,02	1,99
Alagoas	0,85	0,87	0,01	1,27
Amazonas	0,83	0,86	0,03	3,46
Rondônia	0,85	0,86	0,01	1,27
Mato Grosso do Sul	0,81	0,85	0,05	5,67
Acre	0,85	0,84	0,00	-0,49
Minas Gerais	0,79	0,84	0,04	5,48
Distrito Federal	0,79	0,83	0,05	5,70
Roraima	0,84	0,83	-0,01	-0,68
Paraíba	0,79	0,83	0,04	5,54
Rio Grande do Sul	0,74	0,81	0,07	9,71
Pará	0,79	0,80	0,02	2,17
Amapá	0,79	0,80	0,01	0,99
Santa Catarina	0,84	0,80	-0,04	-4,85
Rio Grande do Norte	0,76	0,79	0,03	4,52
Rio de Janeiro	0,79	0,79	0,00	-0,07
Sergipe	0,75	0,79	0,03	4,63
Bahia	0,74	0,78	0,04	5,91
Mato Grosso	0,77	0,77	0,00	-0,31

Fonte: BRASIL, 2020.

A análise da Tabela 6 mostra que nem todos os estados melhoraram o fluxo de maneira que muitos ficaram estagnados. Entretanto, oito estados, em 2019, apresentaram taxa de aprovação acima de 90%, enquanto, em 2017, eram apenas 3 estados. Das regiões analisadas, apenas Santa Catarina, Roraima, Acre, Rio de Janeiro e Mato Grosso ficaram estagnados ou regrediram no componente taxa de aprovação, em relação ao ano de 2017.

No que concerne ao fluxo, por sua vez, o Espírito Santo apresentou um aumento de 0,04, e, pela primeira vez, o estado atingiu o patamar de 0,9. Um dos fatores que podem explicar este resultado foi a implementação do protocolo de monitoramento de frequência, pela Secretaria de Estado da Educação, com o objetivo de identificar estudantes infrequentes,

detectar os motivos das ausências e definir os encaminhamentos a serem tomados. O intuito era que eles voltassem tivessem “garantidos o acesso à escola, a permanência no processo educativo e o direito à aprendizagem” (ESPÍRITO SANTO, 2018).

3 CONCLUSÃO

A partir dos dados analisados, pode-se inferir que a rede pública estadual de ensino do Espírito Santo tem apresentando crescimento nos índices educacionais, de forma positiva, principalmente a partir do ano de 2015. As análises apresentadas tiveram como base os insumos produzidos pela modalidade Ensino Médio.

É importante a compreensão, entretanto, que tais avaliações possuem limitações intrínsecas ao método aplicado, ou seja, uma prova que mensura a proficiência dos alunos baseada nas áreas da Matemática e da Língua Portuguesa, sem considerar os aspectos socioeconômicos cujo aluno está inserido, tende a ser imprecisa em determinar o real aproveitamento e desenvolvimento desse indivíduo. Portanto, apesar da importância explícita dos parâmetros supracitados, cabe a reflexão acerca de se incorporar as variáveis sociais na análise da qualidade e desempenho de uma instituição, problematizando o quanto os fatores externos à instituição de ensino podem alterar drasticamente o nível de dificuldade de aprendizagem dos alunos.

Sendo assim, entende-se que ao implementar políticas públicas que visam a uma educação pública de qualidade, objetivando uma aprendizagem cada vez mais equânime e realizando a democratização da gestão escolar, entre outros fatores os quais carecem de parâmetros para serem analisados, como o contexto socioeconômico, percebe-se que a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo vem alcançando índices cada vez maiores no IDEB, o que é um reflexo direto da evolução dos resultados do desempenho acadêmico no SAEB, como também na taxa de aprovação.

Apesar dos esforços empenhados, os resultados também mostram que ainda há muito trabalho a ser feito, tanto em investimento na infraestrutura, quanto em valorização dos profissionais da educação. Isso implicaria maior engajamento em formação continuada das equipes pedagógicas das escolas, a fim de ampliar as condições de ensino e de aprendizagem para todos os estudantes, ao mesmo tempo em que reduziria as taxas de evasão e abandono, uma vez que aprendizagem, com qualidade e na idade certa, seria assegurada (ALMEIDA, DALBEN & FREITAS, 2013, p. 3-10).

A meta, nesse sentido, deve ser vista pelos profissionais da educação como um lugar a que se pretende chegar, garantindo aprendizado e permanência, e não como uma disputa para ver quem fica em melhor posição. Além disso, ações que visem à melhoria e à eficácia da gestão escolar mostram que todos os atores da ação de educar têm um papel importante no cotidiano de uma escola.

Por fim, pode-se afirmar que educar é uma ação que requer planejamento, ação, verificação de resultados, replanejamento e, principalmente, investimento na formação docente continuada. Mais do que avançar, é importante manter o que já se construiu e buscar melhorias constantemente. É necessário também fazer com que os números e os dados estejam atrelados a significados, visto que números são frios e, muitas vezes, não têm a capacidade de dizer tudo o que representam. Faz-se necessário, para isso, um contexto, para que se possa perceber que um aumento de dois pontos em uma rede depende de um movimento, muitas vezes, impossível de ser imaginado. Daí a necessidade de se contextualizar números aos dados expostos. A avaliação externa ocupa um lugar social no funcionamento do sistema educacional, e, com o passar do tempo, está deixando de ser ferramenta de controle externo e vertical do trabalho realizado nas redes educacionais e se transformando em instrumento essencial ao cotidiano escolar. E essa mudança só está

ocorrendo porque os próprios educadores estão também em transformação (Burgos, 2020). Concluindo, para que os indicadores continuem em ascensão, faz-se necessária uma ação de corresponsabilização, por meio da qual cada um sabe seu papel e como desempenhá-lo com eficácia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C. de. O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 15 abr. 2021.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 5.471, de 22 de setembro de 1997**. Dispões sobre a gestão democrática do Ensino Público Estadual e dá outras providências. Espírito Santo: ALES, 1997. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO5471.html>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

BLASIS, Eloísa de. Avaliações em larga escala: contribuições para a melhoria da qualidade na educação. In: **Cadernos CENPEC**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v3i1.213>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

BURGOS, Marcelo Baumann. A avaliação externa e os novos sujeitos da educação. *Revista Pesquisa E Debate Em Educação*, v. 10, n. 1, p. 1082-1102, 2020.

CASTRO, M. H. G.de C. Sistemas nacionais de avaliação e de informações educacionais. In: **São Paulo em perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 14, n. 1, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9809.pdf>>. Acesso em: maio de 2020.

DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO MELHORA NO SAEB 2019. **INEP**, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/desempenho-do-ensino-medio-melhora-no-saeb-2019>>. Acesso em 14 mar. 21.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 390, de 11 de maio de 1997**. Reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Educação – SEDU e dá outras providências. Espírito Santo: DIOES, 2007. Disponível em: <<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/132#/p:3/e:132?find=Lei%20390>>. Acesso em 14 mar. 2021.

_____. **Lei nº 428, de 17 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a modalidade de remuneração por subsídio para a carreira de magistério do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo: DIOES, 2007. Disponível em: <<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/1250#/p:3/e:1250?find=lei%20complementar%20428>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 143-R, de 17 de novembro de 2009**. Estabelece diretrizes para a organização curricular nas escolas estaduais para o ano letivo 2010. Espírito Santo: DIOES, 2009. Disponível em: <<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2302#/p:23/e:2302?find=Curr%C3%83%C2%ADculo%20B%C3%83%C2%A1sico%20da%20Escola%20Estadual>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 158-R, de 29 de dezembro de 2010.** Estabelece diretrizes para a organização curricular nas escolas estaduais para o ano letivo 2011. Espírito Santo: DIOES, 2010. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/156#/p:25/e:156?find=carga%20hor%C3%83%C2%A1ria>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Lei Complementar nº 799, de 15 de junho de 2015.** Cria o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado “Escola Viva”, no âmbito do Estado, e dá outras providências. Espírito Santo: DIOES, 2015. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3151#/p:9/e:3151?find=lei%20complementar>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Lei nº 10.631, de 29 de março de 2017.** Institui o pacto pela aprendizagem e dá outras providências. Espírito Santo: DIOES, 2017. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3737#/p:11/e:3737?find=lei%2010.631>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 181-R, de 21 de dezembro de 2018.** Atualiza a estrutura e o funcionamento das Superintendências Regionais de Educação – SRE, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEDU, conforme Lei Complementar nº 390 de 10 de maio de 2007. Espírito Santo: DIOES, 2018. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4296#/p:103/e:4296?find=circuito%20de%20gest%C3%83%C2%A3o>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 183-R, de 21 de dezembro de 2018.** Institui protocolo de monitoramento da frequência escolar com o objetivo de diminuir as taxas de abandono e de evasão escolares na rede pública estadual e dá outras providências. Espírito Santo: DIOES, 2018. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4296#/p:107/e:4296?find=monitoramento%20de%20frequ%C3%83%C2%A2ncia>> Acesso em: 14 mar. 2021.

_____. **Portaria nº 094-R, de 11 de outubro de 2019.** Reestrutura o funcionamento das Superintendências Regionais de Educação – SRE, vinculadas à Secretaria de Estado da Educação – SEDU, conforme Lei Complementar nº 390 de 10 de maio de 2007 e demais providências. Espírito Santo: DIOES, 2019. Disponível em:

<<https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/4593#/p:51/e:4593?find=circuito%20de%20gest%C3%83%C2%A3o>> Acesso em: 14 mar. 2021.

FUNDAÇÃO CAED. **PAEBES TRImestral:** Avaliação Diagnóstica da Aprendizagem. Juiz de Fora: CAED/UFJFJ. Disponível em <<http://paebestri.caedufjf.net/avaliacao-educacional/o-paebes-tri/>>. Acesso em 14 mar. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Diversidade Cultural.** Espírito Santo, 2020. Disponível em:

<<https://www.es.gov.br/cultura/diversidade-cultural>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **ES em dados.** Espírito Santo, 2020. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/es-em-dados>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Formação de Diretores Reúne Profissionais das Superintendências de Carapina e Cariacica**. Espírito Santo, 16 dez. 2019. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/formacao-de-diretores-reune-profissionais-das-superintendencias-de-carapina-e-cariacica>>. Acesso em 14 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Nota técnica**: metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do IDEB no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasília: INEP. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/IDEB/Nota_Tecnica_n2_metas_intermediarias_IDEB.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

_____. **Nota técnica**: índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB. Brasília: INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/IDEB/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisiticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

INSTITUTO UNIBANCO. **Observatório de Educação: Espírito Santo**. São Paulo, 2021. Disponível em <https://www.institutounibanco.org.br/?s=Esp%C3%ADrito+Santo>. Acesso em 15 de abril de 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino médio registra crescimento histórico no IDEB 2019**. Brasília: 15 set. 2020. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/ensino-medio-registra-crescimento-historico-no-ideb-2019>. Acesso em 15 de abril de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. **Sedu promove 4ª edição do “Diálogos Sobre Gestão Escolar”**. Espírito Santo: SEDU, 17 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-promove-4a-edicao-do-dialogos-sobre-gestao-escolar>>. Acesso em 14 mar. 2021.